



MUSEU PEDAGÓGICO

ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## O AMOR NO OCIDENTE: DA PRÉ-HISTÓRIA À IDADE MÉDIA

Ivana Patrícia Almeida da Silva\*  
(UESB)

Tânia Rocha Andrade Cunha\*\*  
(UESB)

### RESUMO

Este trabalho é uma revisão bibliográfica de alguns estudiosos que discutem o amor e suas nuances, cujo propósito é, numa perspectiva de gênero, revelar que, historicamente, este nosso objeto de análise respalda e corrobora com o fenômeno da violência contra a mulher em nossa sociedade. Este estudo evidencia que a história do amor no ocidente está marcada, desde a sua origem, pela relação desigual entre os gêneros, materializada através de uma relação de forças em que o feminino, em todos os momentos históricos estudados, se encontra em uma posição desvantajosa diante do masculino. Este texto faz parte de um trabalho maior, ainda em desenvolvimento, que tem por objetivo delinear a trajetória do amor desde os primórdios da civilização até a contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amor. Casamento. Sexualidade.

### INTRODUÇÃO

Embora muito discutido, falado e sentido, o Amor ainda é um tema pouco explorado pelos estudos científicos, haja vista a pequena quantidade de pesquisas acadêmicas relacionadas a ele. Foi exatamente a ausência desse tipo de estudo que

---

\* Psicóloga, mestranda do curso Memória: Linguagem e Sociedade da UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, integrante do grupo de pesquisa "Gênero e Violência" do Museu Pedagógico - UESB. E-mail: ivanapatricia@yahoo.com.br.

\*\* Socióloga, Professora Doutora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB; Coordenadora do Grupo de pesquisa "Gênero e Violência" do Museu Pedagógico - UESB. E-mail: rochandrade@uol.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

nos despertou o interesse em conhecer um pouco mais dessa trajetória privada e silenciosa das relações amorosas ao longo do tempo.

O amor assume diferentes facetas ao longo da história, com grandes mudanças no espaço e no tempo. Balizado pelo momento histórico e conduzido pelas mudanças sociais, as concepções sobre o amor e suas configurações são fundamentais para as mais variadas formas de organização social e cultural, elas demarcam comportamentos e atitudes tanto desejados quanto refutados socialmente.

O amor está presente na literatura, no cinema, na poesia, é tópico discursivo para a filosofia, a psicologia, a religião e tantos outros ramos do saber e das artes humanas. Para o trabalho aqui proposto, pensamos ser necessário, acompanhar cronologicamente a história do amor, com o objetivo de compreender a trajetória deste fenômeno ao longo do tempo, captando suas rupturas e permanências.

O amor tal qual o conhecemos hoje é uma invenção moderna e muito recente na história da humanidade. Poucos são os indícios que temos sobre o amor na Pré-história, os poucos registros revelam que foi um período exclusivamente caracterizado pela coletividade. A concepção que temos de indivíduo surgiu muito tempo depois.

As demonstrações de amor de que temos notícia são evidenciadas por fragmentos arqueológicos, com o enterro dos mortos, que sinalizam rituais de cuidado e afeto. Segundo Del Priore (2005), datam de 1750 a.C. expressões amorosas encontradas em pequenas peças de argila, porém muito pouco se pode inferir sobre o sentimento amoroso da pré-história.

Neste longínquo período, o vínculo entre o sexo e a procriação era desconhecido, a união dava-se por grupos. Não foram encontrados indícios de casamento neste período e as crianças eram criadas por todos da tribo.

Lins (2012) afirma que na pré-história não havia submissão, apesar da mulher ser dotada de um poder miraculoso, capaz de gerar outro ser, prover



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

alimento ao produzir leite e fazer o órgão sexual masculino se erguer. A autora também atesta que o conhecimento sobre as funções do casal parece só ter surgido com a descoberta da agricultura, por volta de cinco mil anos atrás, fato este que fez com que o homem domesticasse animais, descobrindo assim a função do macho na procriação. A partir dessa descoberta, o senso de posse do homem e a idéia do patriarca começaram a se desenvolver.

O homem-caçador se tornou homem-pastor, enquanto a mulher-coletora se transformava em mulher-fazendeira. E esta seria uma mudança de efeitos quase incalculáveis nos relacionamentos futuros homem-mulher, mas a descoberta das causas da reprodução é que entronizou o homem como patriarca (LINS, 2012 p.22).

O estabelecimento do sistema patriarcal foi gradualmente sendo estruturado desde 3100 a. C. Segundo Lins (2012) sua lógica foi implantada no ocidente com a democracia ateniense do século V a. C.

Nos tempos míticos são inúmeros os registros do interesse sobre o tema. Os gregos da Antiguidade representavam o amor através dos deuses mitológicos Erose Afrodite. O amor está presente na mitologia grega, a Odisséia e a Ilíada, por exemplo, contam a história da guerra de Tróia travada em nome do amor a uma mulher.

Na Grécia, especificamente em Atenas que era o principal centro cultural e intelectual do ocidente, durante o grande período da civilização grega, existia uma organização hierárquica muito bem definida e marcada por profundas desigualdades sociais. Segundo Lins (2012),

Atenas passou rapidamente da economia doméstica, semiprimitiva, para a economia urbana, e daí para o imperialismo (...). Quando o lar perdeu sua posição, que era a de fonte única de alimentos, vestimenta e outros itens essenciais, ele deixou de ser o centro da existência do homem; transformou-se em mera obrigação social, de resto dispendiosa (...) os maridos se tornaram



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

ausentes da vida familiar. Não valorizávamos esposas e tinham muito pouco contato com elas. (p. 42)

A posição socioeconômica da mulher grega era muito limitada, ela não desempenhava nenhum outro papel feminino importante além de gerar descendentes legítimos e obedecer ao marido. Apesar de ser cidadã, era comparada aos estrangeiros e escravos, privada dos espaços públicos e masculinos, vivia enclausurada no *gineceu*<sup>483</sup>, não possuía direitos políticos e nem acesso à educação. A figura feminina era rodeada de preconceitos e mitos pejorativos sobre a sua existência. Vista como traidora, era capaz de destruir a humanidade, motivo pelo qual era excluída da vida pública e impedida inclusive de escolher seu próprio esposo. Tannahill (1983) nos afirma que os gregos consideravam todas as mulheres como irracionais, hipersexuadas e moralmente defeituosas.

Além da cidadã grega, esposa, mãe dos filhos legítimos e fiel guardiã do lar, existiam as concubinas, mulheres livres, normalmente escravas ou atenienses desprovidas de dotes, eram aquelas que se dedicavam aos cuidados quotidianos que a vida física exigia, elas também tinham por função a procriação, em substituição à esposa quando esta era infértil ou só gerasse meninas. Porém, como assinala Curado (2012) um homem escolhia uma mulher para concubina não para viver maritalmente com ela ou para ter filhos, mas devido a fortes razões emocionais e ao prazer sexual, o que parece mostrar-se mais forte em laços sentimentais que um casamento combinado.

Por fim, existiam as prostitutas, que segundo Curado (2012), possuíam três subcategorias. No subsolo da hierarquia estavam as *pornae*, elas eram imigrantes estrangeiras, meninas abandonadas pelos pais, escravas ou ex-escravas, que para

---

<sup>483</sup> Espaço existente nas casas da Antiga Grécia, que era destinada unicamente às mulheres e aos membros daquela família, os homens autorizados a entrarem neste espaço eram: o pai, o marido, o filho, o irmão, o tio. Todos ligados a mulher por laços de parentesco. Um homem de fora, nunca entraria neste espaço.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sobreviver trabalhavam em bordéis por modestos honorários. Numa escala acima estavam as *citaristas*, solicitadas nas festas e banquetes, ofereciam além da companhia, entretenimento musical e sexual. No topo da hierarquia estavam as *hetairas*, mulheres cortesãs com elevado nível social, versadas nas artes da música, canto, dança, na literatura clássica e na política. Mulheres as quais os homens solicitavam prazeres sexuais, mas, além disso, elas eram parceiras amorosas, confidentes e companheiras de festas. As hetairas caracterizavam-se por frequentemente se ausentarem de casa e passearem facilmente pela rua, ao contrário do que acontecia com a cidadã grega de estirpe, esta, as raras vezes que tinha acesso ao espaço público, apresentavam pudicos e recolhidos comportamentos.

Geralmente de cidadania ateniense, mas ao contrário das moças bem nascidas, as hetairas eram treinadas com rigor para serem sexualmente excitantes, mentalmente estimulantes, cheias de encantos, erotismo e sedução, capaz de interessar homens inteligentes. Hunt (1963) observa que a literatura grega refere-se muitas vezes à hetaira com se ela fosse uma verdadeira amiga, uma nobre companheira e muito superior à mulher virtuosa. Curado (2012) revela que tais participações sociais enriqueciam a formação cultural e social dessas mulheres, por estarem em contato com políticos, filósofos, artistas e intelectuais.

Porém, todas essas mulheres tinham como dever a subserviência ao homem grego, Eisler (1995) assinala que essa visão das mulheres era simbolizada pela cultural obsessão que tinham pelo pênis como objeto do poder e pela autoridade masculina. Numa passagem famosa do *Contra Neera* de Demóstenes Apolodoro diz:

Na verdade, o casamento consiste nisso: quem gera filhos, introduz os filhos homens entre os membros da fratria e do demo e dá as filhas em casamento aos homens, como se elas fossem suas próprias. Com efeito, as hetairas nós as temos para o prazer, as concubinas para o cuidado diário do corpo, mas as esposas para



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

que tenham filhos legítimos e mantenham a guarda fiel da casa. (p. 127-128)

Na civilização grega clássica somente o homem tinha o direito de ser amado. Curado (2012) afirma que o bem-estar de um ateniense implicava a existência de *outro tipo de mulher*. O cidadão grego tinha à sua disposição: a esposa, a concubina, as *pornae*, as citaristas, as hetairas além do efebo, jovem aprendiz possuidor de valorosas qualidades masculinas como beleza, força, resistência, habilidade e velocidade, que além dos estudos da filosofia e da moral, era iniciado nas artes do amor, através da prática da pederastia, por um cidadão grego de maior ascendência intelectual e cultural.

O casamento na Grécia antiga era visto como uma obrigação jurídica e social, principalmente para o filho primogênito, cujo objetivo era a perpetuação da linhagem paterna, através de filhos do sexo masculino e o prolongamento dos rituais e festejos familiares. Porém, Curado (2012) esclarece que os maridos não sofriam limitações sexuais. Apesar de inevitável, o casamento e a família não impossibilitavam a realização de outras necessidades masculina.

A civilização grega estabeleceu uma intensa relação de amor ao esteticamente belo e perfeito, nesse contexto, o amor masculino não possuía sexo. O adultério por parte dos homens só era punido quando o envolvimento acontecia com a esposa de outro homem, por ser considerado um desrespeito a este, posto que as relações extraconjugais com os efebos e outras mulheres eram corriqueiras nesta sociedade.

Lins (2012) afirma que o amor em Roma era frequentemente encarado como diversão animada, por ser sexualmente intenso e não prejudicado pela noção de pecado. Porém, era intimamente relacionado com a obscenidade e com o ódio. Quanto maior os tormentos recíprocos e os flagrantes de infidelidade, maior era o brilho do amor. Lins (2012) afirma também que o amor tinha a reputação negativa tanto por reduzir o valor masculino, ao envolver a dependência do homem a um



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sujeito moralmente inferior – a mulher – quanto por levar o indivíduo a perder o controle numa cultura obcecada pela dominação.

Em Roma, as mulheres gozavam de uma maior autonomia, comparadas às mulheres gregas. Elas podiam transitar em público sem a autorização do marido e recebiam convites para eventos sociais, mas ainda assim a romana era considerada um sujeito menor, passava toda a vida sob a tutela de um homem que detinha o poder de castigá-la, escravizá-la, vendê-la e até matá-la.

O casamento estava ligado aos vínculos do clã, à necessidade de sobrevivência, às questões religiosas e à geração de bons cidadãos que perpetuassem a ordem social e a linhagem. O casamento romano era um ato privado sem a necessidade de um contrato, havia o costume do casal ganhar presentes e a cerimônia nupcial era realizada com a presença de testemunhas até a consumação da união. A família era patriarcal, mas apesar da obediência da esposa ao marido, o afeto mútuo entre o casal era considerado desejável.

As relações amorosas entre os homens diferenciavam-se grandemente dos costumes gregos, não havia a necessidade de atrativos intelectuais e filosóficos. Normalmente estas relações eram estabelecidas entre um homem livre e um escravo, para os romanos a passividade masculina, ao ponto de se deixar possuir, era considerada uma infâmia. Já o sexo entre as mulheres era considerado monstruoso, ilegal e vergonhoso.

Após a crucificação de Jesus Cristo, ainda nos primeiros séculos, homens e mulheres consideravam o amor uma sensação destinada a ser gozada até a fadiga ou até o tédio se manifestar. Os divórcios eram frequentes, juridicamente bastava que um dos dois se afastasse com a intenção de se divorciar. Hunt (1963) referencia-se em Sêneca ao tratar das relações adúlteras da época, quando este proclama que uma mulher com apenas dois amantes era padrão de virtude.

No seio da classe dos patrícios, os casamentos se tornaram, ao longo do tempo, menos férteis. A filosofia romana – baseada nos valores do poder e da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

riqueza, adeptos do divertimento sem barreiras – foi o motivo pela qual as mulheres passaram a estar cada vez menos interessadas na maternidade.

Quando o domínio dos patrícios começa a perder o vigor, o cristianismo imprime uma nova moral aos valores romanos, ela começa a tomar fôlego com o progressivo desgaste do erotismo pagão no declínio do Império. O cristianismo critica o luxo e castiga os prazeres, condena o sexo, classificando-o como abominável, qualifica o casamento como um sistema de vida repugnante e poluído, é hostil ao aborto e ao abandono de crianças – prática muito comum na Roma antiga – pune a homossexualidade e todos aqueles que cometem adultério. Os valores cristãos dão um novo tom às relações amorosas entre homens e mulheres, valores estes que atravessaram séculos e que até hoje sentimos suas ressonâncias. Momento histórico de grande expansão do cristianismo, ele apresenta como principal novidade a ligação entre a carne e o pecado, esse fato promove profundas transformações nos conceitos de casamento, amor e sexualidade. Contrário à valorização do prazer, presente nas sociedades gregas e romanas, o cristianismo impõe a condenação geral da sexualidade e uma rigorosa regulamentação do seu exercício. Segundo Araújo (2002), até o século V, as idéias cristãs eram favoráveis à renúncia aos prazeres da carne, defendia a castidade e o celibato. Lins (2012) revela que o casamento continente, baseado na ausência total de sexo tornou-se, na Antiguidade Tardia, o ideal de casamento cristão.

Os primeiros textos cristãos, segundo Vainfas (1992), valorizavam o ascetismo, a castidade e a virgindade, em detrimento do casamento e da família. Uma vasta literatura consagrada à virgindade surgiu entre os séculos III e IV. A virgindade era a garantia da ascese (...). Entre as mártires femininas, as favoritas eram as virgens que preferiam sofrer o tormento do piche fervente, da roda da tortura e do ferro em brasa a consentir no ato sexual (LINS, 2012. p.143).

Araújo (2002) nos diz que neste período histórico os rituais do matrimônio não tinham intervenção religiosa, era considerado um ato privado entre nobres,





ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

baseado na transmissão de títulos, de alianças políticas e de herança. Nesse contexto, a mulher era parte do patrimônio familiar, cujo princípio baseava-se na procriação.

Tais imposições, porém, não se estendiam a todos os filhos, assim como na civilização grega, elas eram válidas apenas para o primogênito, responsável pela transmissão da herança, perpetuação da linhagem e exercício do poder familiar. Ficando os demais filhos livres para, no exercício da fé cristã, optar pelo celibato.

Araújo (2002) afirma que com a expansão do cristianismo, a igreja aos poucos passa a estender seu poder sobre o casamento. Até o século XII, as uniões conjugais eram recomendadas como “freio” para os libertinos e impudicos. É só a partir desse período, que a religião passa a intervir na normatização do casamento, ao sacralizá-lo e defini-lo como único espaço legítimo para uso da sexualidade, tendo por fim a procriação. Assim, a igreja adotou um só padrão sexual, sendo considerada uma injúria contra a natureza utilizar a sexualidade para outro fim.

A Idade Média tem como marco inicial a queda do Império Romano no século V, este fato trouxe o caos político à Europa Ocidental. Lins (2012) afirma que a Igreja soube, em meio a toda agitação, adaptar-se aos costumes bárbaros, quando estes assumem o poder. Ela participou ativamente da complexa fusão da antiga sofisticação romana com as culturas primitivas bárbaras.

Os cristãos medievais dissociavam amor de sexo. O amor era unicamente dirigido a Deus, sinônimo de ascese e contemplação. Segundo Lins (2012) os homens deveriam mortificar-se e recolher-se para o exercício do amor em busca da graça, o que implicava a recusa da carne. O sentimento amoroso conjugal se aproximava de uma relação de ternura e amizade, o que chamamos de amor era visto como paixão sexual irracional, selvagem e destrutiva. O amor entre os cônjuges não pertencia ao casamento.

Mas apesar da rigidez cristã, Mary Del Priore (2005) evidencia que o amor, discutido em livros, surge a partir da Idade Média e por isso este período histórico



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

é considerado, para a autora, berço do amor cortês e pai do amor romântico, conceitos que influenciam as concepções amorosas da contemporaneidade. Época em que surge a figura dos trovadores, responsáveis por estabelecer novas configurações para as relações afetivas entre homens e mulheres.

Os trovadores cantavam o amor cortês, valorizando a coragem, a lealdade, a generosidade, a submissão do amado à sua dama, momento em que o homem se vê menos conquistador do que conquistado e a mulher menos presa do que recompensa. O sentimento amoroso cantado pelos trovadores reproduzia as relações feudais, que caracterizavam as condições sociais da época, eles normalmente eram servos de suas damas e, portanto, configurava-se um amor impossível pelos diversos e ásperos obstáculos.

A trama romanesca é precisamente a dificuldade e a impossibilidade, aqueles que assumiam posturas socialmente desviantes na tentativa de realizá-la (antes da morte), como os clássicos contos Abelardo e Heloísa e Tristão e Isolda, invariavelmente tinham um fim trágico. Mas, em matéria de amor, o trovadorismo foi a grande invenção da Idade Média. Para Del Priore (2005), a nossa grande herança da poesia medieval é a busca do amor impossível.

Foi na expansão da poesia trovadoresca, que a legislação do matrimônio foi elaborada pelo IV Concílio de Latrão (1215) e alçado sacramento no Concílio de Florença (1439). A igreja já vinha interferindo na normatização do matrimônio, desde a reforma gregoriana no século XI, impondo a monogamia e o celibato, bem como se atentando aos interesses ligados à transmissão do patrimônio, à distribuição do poder, à conservação de linhagens e ao reforço de solidariedade de grupo. Mesmo havendo os transgressores como as concubinas e os amantes, as determinações religiosas se impuseram. A igreja desde então tem interferido na regulamentação da união afetiva, através do casamento e da família, definindo rituais e moralizando comportamentos.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## CONCLUSÕES

Diante dessa panorâmica descrição da história do amor da Pré-história à Renascença, fica claro que, tanto nas sociedades ditas liberais – como as civilizações gregas e romanas – quanto naquelas de extrema rigidez moral – surgidas a partir do cristianismo –, o amor esteve atrelado aos valores sociais de seus distintos períodos históricos, porém, manteve-se distante das relações conjugais.

A sexualidade e o sentimento amoroso constituíram-se como elementos dissociados, na verdade, esta é uma aproximação muito recente na história ocidental. A grande referência do amor no ocidente originou-se da trama romanesca medieval, em que a sexualidade não fazia parte.

Pela social distinção binária de gênero ao longo da história, as percepções e vivências amorosas se distinguem. Ao homem, na maioria dos momentos históricos estudados, foi autorizada uma vivência mais livre da experiência amorosa, enquanto que para a mulher, a dependência ao masculino e a submissão ao casamento moralizou e reprimiu sua experimentação amorosa. A compreensão dessas distintas experiências, ao longo do tempo, é fundamental para a análise do sentimento amoroso nas atuais relações conjugais, pois, nos permite observar a origem dos contornos que distingue os olhares e vivências do masculino e do feminino para o fenômeno do amor, que em última análise, nos ajuda a compreender um pouco mais sobre as memórias que permeiam o enigmático e complexo fenômeno da violência doméstica.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, Diane. **Uma História Natural do Amor**. Trad. Terezinha Batista dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- APOLODORO. **Contra Neera [Demóstenes]59**. Trad. Glória Onelley. 2ª Ed. Coimbra: IUC, 2012.
- ARAUJO, Maria de Fátima. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 22, n. 2, Junho 2002.
- ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos. 1981.
- DEL PRIORE, M. **História de Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARVALHO, José. **O amor no raciovitalismo de Ortega y Gasset**". *Anuário de Filosofia São João del-Rei*, n. 10, p.255-286, 2003.
- CURADO, Ana Lúcia. Introdução. In: APOLODORO. **Contra Neera [Demóstenes]59**. Trad. Glória Onelley. 2ª Ed. Coimbra: IUC, 2012.
- DONZELOT, J. **A Política das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- EISLER, Riane. **O Prazer Sagrado**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- FLACELIÈRE, Robert. **A vida cotidiana dos gregos no século de Péricles: Livros do Brasil**. Tradução: Virginia Motta, 1985.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. In: a vontade do saber. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. Editora Centauro: São Paulo, 2006.
- HUNT, Morton M. **História Natural do Amor**. São Paulo: Ibrasa, 1963.
- LINS, Regina Navarro. **O livro do Amor**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.
- TANNAHILL, Reay. **O sexo na História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1992.